


LETRAMENTO RACIAL E EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ANTIRRACISTAS COM ENFOQUE NA PRODUÇÃO INTELECTUAL DE AUTORES “LADINO-AMEFRICANOS”

 <https://doi.org/10.56238/arev7n1-231>

Data de submissão: 29/12/2024

Data de publicação: 29/01/2025

Antonio Nacilio Sousa dos Santos

Doutorando em Ciências Sociais
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Horizonte, Ceará – Brasil.
E-mail: naciliosantos23@gmail.com

José Neto de Oliveira Felipe

Doutorando em Ensino de Ciências Exatas (UNIVATES)
Faculdade de Caldas Novas (UNICALDAS)
Caldas Novas, Goiás – Brasil.
E-mail: profnetomatfis@gmail.com

Douglas Luiz de Oliveira Moura

Doutorando em Psicologia
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
Angra dos Reis, Rio de Janeiro – Brasil.
E-mail: douglasmourapbi@ufrj.br

Terezinha Sirley Ribeiro Sousa

Doutora em Ciências da Educação
Universidade do Estado do Pará (UEPA)
Belém, Pará – Brasil.
E-mail: terezinha.sirley@uepa.br

Carla Renata de Oliveira

Mestranda em Educação
Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)
Caldas Novas, Goiás – Brasil.
E-mail: edfiscarla1@hotmail.com

Alcione Santos de Souza

Pós-Doutora em Geografia
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Ananindeua, Pará – Brasil.
E-mail: alcione.souza@uepa.br

Marcos Teixeira de Souza

Doutor em Sociologia
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, da Universidade Candido Mendes
(IUPERJ/UCAM)
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – Brasil.
E-mail: prof1marcos@hotmail.com

Karlla Cristina Trindade

Doutoranda em Ciências da Educação
Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)
Serra, Espírito Santo – Brasil.
E-mail: karllatrindade@gmail.com

Natanael Osvaldo Prado de Aguiar

Especialista em Psicopedagogia e Educação Especial
Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – (FADESA)
Parauapebas, Pará – Brasil.
E-mail: natanaelosvaldopradodeaguiar@gmail.com

Milene Vasconcelos Leal Costa

Mestre em Educação
Universidade do Estado do Pará (UEPA)
Belém, Pará – Brasil.
E-mail: milenelealuepa@gmail.com

Maike Silva dos Reis

Graduando em Psicologia
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Palmeira dos Índios, Alagoas – Brasil.
E-mail: maike.reis@arapiraca.ufal.br

Isabel Maria Oliveira Montenegro

Mestranda em Ensino na Saúde
Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Itapipoca, Ceará – Brasil.
E-mail: isabeloliveira460@gmail.com

Jéssica Adryane Santos Santana

Mestranda em Educação Física
Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)
Januária, Minas Gerais – Brasil.
E-mail: jessica.santana@educacao.mg.gov.br

Fernando Gagno Júnior

Mestre no Ensino de Física
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES)
Vila Velha, Espírito Santo – Brasil.
E-mail: gagnojr@gmail.com

Camila Soares dos Santos

Mestrado em Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Jardim Alegre, Paraná – Brasil.

E-mail: kakasoaes88@hotmail.com

RESUMO

Este artigo analisa o letramento racial na educação brasileira, enfatizando a formação de educadores para práticas pedagógicas antirracistas com base na produção intelectual de autores “ladino-amefricanos”. Contextualiza-se inicialmente a educação no Brasil como um espaço historicamente marcado por desigualdades, onde o acesso ao conhecimento e às práticas educativas foi limitado a determinados grupos sociais, reforçando estruturas de poder e exclusão. A pesquisa é de cunho qualitativo (Minayo, 2016), descritivo e bibliográfico (Gil, 1999) e com o viés compreensivo (Weber, 2009). Partimos da seguinte questão: como a formação docente pode ser orientada pela perspectiva do letramento racial, utilizando a produção teórica de autores ladino-amefricanos, para construir práticas pedagógicas antirracistas? Para responder a essa questão, utilizou-se como referencial teórico as obras de Lélia Gonzalez denominada de “Por um feminismo afro-latino-americano”, Abdias do Nascimento com “O genocídio do negro brasileiro” e Sueli Carneiro através “A construção do outro como não-ser como fundamento do ser”, entre outros. Esses autores oferecem uma base crítica para repensar a educação enquanto espaço de resistência, emancipação e reconhecimento da pluralidade cultural. Os achados da pesquisa destacam a importância de integrar a produção intelectual ladino-amefricana na formação docente, promovendo um letramento racial crítico que valorize os saberes e vivências dos educandos. Além disso, apontam para a necessidade de metodologias que unam teoria e prática, possibilitando aos educadores transformar suas salas de aula em ambientes de diálogo e empoderamento. Por fim, o estudo reforça que a implementação de práticas pedagógicas antirracistas requer um compromisso institucional que transcenda iniciativas individuais, tornando-se uma política educativa efetiva e contínua.

Palavras-chave: Letramento Racial. Educação Antirracista. Formação de Educadores. Produção Ladino-Amefricana.

1 INTRODUÇÃO

1.1 INTRODUZINDO: DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ANTIRRACISTAS

A história da educação no Brasil é profundamente marcada por desigualdades estruturais que remontam à colonização¹. Os povos nativos e africanos, que constituem a base da formação étnica e cultural do país, tiveram seus saberes e práticas epistemológicas sistematicamente marginalizados pelo projeto colonizador². Como destaca Carneiro (2005), “[...] a racialidade opera como um dispositivo que produz a subordinação social e cultural de grupos racializados, promovendo o epistemicídio³ como estratégia de dominação” (p. 3). Essa negação do conhecimento produzido por povos indígenas e africanos consolidou um modelo educacional que privilegia saberes europeus em detrimento das contribuições locais, perpetuando a hegemonia branca.

O epistemicídio (*grifo nosso*) é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material

¹ A história da educação no Brasil é profundamente marcada por desigualdades estruturais que remontam ao período colonial, quando o acesso ao ensino formal era restrito a elites econômicas e raciais, enquanto a maioria da população, composta por indígenas, negros escravizados e camadas populares, era deliberadamente excluída desse direito. Sueli Carneiro (2005), em *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*, aponta que o sistema educacional brasileiro foi historicamente estruturado para reforçar as hierarquias de poder, silenciando e deslegitimando os saberes das populações marginalizadas. Essa exclusão sistemática se perpetuou por meio de um currículo eurocêntrico e práticas pedagógicas que desconsideravam a diversidade cultural do país. Abdias do Nascimento (2016), em *O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado*, complementa ao afirmar que a educação, ao negligenciar a história e as contribuições das populações afrodescendentes, tornou-se um instrumento de manutenção do racismo estrutural. Tais reflexões reforçam a necessidade de repensar a educação como um espaço de resistência e transformação, promovendo práticas pedagógicas que enfrentem as desigualdades históricas e valorizem a pluralidade cultural. Ver referências.

² O projeto colonizador no Brasil foi estruturado para marginalizar sistematicamente os saberes e práticas epistemológicas dos povos nativos e africanos, que formam a base da identidade étnica e cultural do país. Sueli Carneiro (2005), em *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*, ressalta que essa marginalização não ocorreu apenas por meio da violência física, mas também por meio do epistemicídio — a negação e a deslegitimação das formas de conhecimento produzidas por essas populações. Esse processo visava consolidar uma hierarquia racial e cultural, na qual o eurocentrismo era estabelecido como norma universal. Abdias do Nascimento (2016), em *O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado*, reforça que o apagamento dos saberes afro-brasileiros foi uma estratégia deliberada para sustentar estruturas de poder coloniais, perpetuando o racismo estrutural e o genocídio cultural. Essas análises evidenciam que o projeto colonizador não apenas subjugou os corpos, mas também buscou controlar as mentes, excluindo da narrativa histórica os conhecimentos e as contribuições dos povos que formam o cerne da diversidade brasileira. Ver referências.

³ O epistemicídio, entendido como o apagamento sistemático de saberes e práticas epistemológicas de grupos dominados, foi e continua sendo uma estratégia central de dominação nas sociedades marcadas pelo colonialismo e pelo racismo estrutural. Sueli Carneiro (2005), em *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*, afirma que o epistemicídio não é apenas a negação do conhecimento produzido por povos nativos e afrodescendentes, mas também um mecanismo de controle e subordinação, uma vez que impõe a supremacia do conhecimento eurocêntrico como único legítimo. Essa prática sustenta hierarquias de poder, deslegitima as identidades culturais das populações marginalizadas e reduz suas contribuições a meros objetos de curiosidade ou exotismo. Abdias do Nascimento (2016), em *O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado*, complementa ao mostrar como esse apagamento reforça o racismo estrutural, ao negar aos negros e indígenas o reconhecimento de suas histórias, culturas e saberes como parte integrante do tecido social e cultural do Brasil. O combate ao epistemicídio, portanto, é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e plural, onde todas as formas de conhecimento sejam valorizadas e respeitadas. Ver referências.

e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos efeitos de poder a eles associados (Carneiro, 2005, p. 97).

A educação brasileira, portanto, foi organizada como uma ferramenta de controle social e exclusão racial. Como afirma Nascimento (2016), “[...] a abolição da escravidão não significou a inclusão dos negros na sociedade brasileira; pelo contrário, institucionalizou um genocídio simbólico e cultural” (p. 12). Nesse contexto, o silenciamento das vozes de educandos racializados não apenas compromete sua experiência escolar, mas também reforça as estruturas de poder que os excluem.

Os desafios para a descolonização da educação não são apenas históricos, mas também contemporâneos. Gonzalez (2020) argumenta que “[...] a amefricanidade é uma categoria político-cultural que busca valorizar as práticas e saberes dos povos afrodescendentes enquanto estratégia de resistência ao eurocentrismo” (p. 45). Dessa forma, torna-se urgente a construção de práticas educativas que reconheçam e valorizem a diversidade cultural brasileira.

“A amefricanidade (*grifo nosso*) como uma categoria político-cultural, que, a seu ver, ultrapassa as barreiras territoriais, linguísticas e ideológicas, permite construir um entendimento mais profundo de toda a América, contestando a apropriação do termo para definir apenas os estadunidenses. [...] A dinâmica de que ela trata – adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas – é a marca do seu próprio pensamento” (Gonzalez, 2020, p. 5).

O letramento racial surge como uma abordagem essencial para uma educação antirracista. Esse conceito refere-se à capacidade de compreender e criticar as dinâmicas raciais que estruturam a sociedade, promovendo a formação de sujeitos conscientes de seu papel na luta por igualdade. Carneiro (2005) enfatiza que “[...] desafiar o epistemicídio é essencial para a construção de uma educação que promova a justiça social” (p. 9). Nesse sentido, autores como Gonzalez, Nascimento e Carneiro oferecem um arcabouço teórico crucial para repensar o papel da educação.

Para Gonzalez (2020), “[...] a educação deve ser um espaço de construção de identidade e resistência” (p. 38). Essa visão reforça a necessidade de formar educadores capazes de dialogar com as experiências de seus educandos, rompendo com práticas pedagógicas eurocêtricas⁴ e excludentes.

⁴ As pedagogias eurocêtricas, ao privilegiar exclusivamente as perspectivas e valores oriundos da tradição europeia, desconsideram a pluralidade cultural e histórica presente nas vivências de grande parte dos educandos. Lélia Gonzalez, em *Por um feminismo afro-latino-americano*, critica essa abordagem, apontando que ela não apenas perpetua hierarquias de poder, mas também silencia e invisibiliza os saberes e histórias das populações afrodescendentes e indígenas. Gonzalez (1988) enfatiza que a educação deve ser um espaço de diálogo, no qual as experiências culturais e sociais dos educandos sejam valorizadas como parte integral do processo pedagógico. Para romper com as práticas excludentes das pedagogias eurocêtricas, a autora propõe uma abordagem que articule os saberes africanos, afro-latinos e afro-brasileiros, reconhecendo-os como fundamentais para a construção de um currículo transformador. Essa perspectiva exige a formação de educadores sensíveis às diversidades e comprometidos com a promoção de práticas pedagógicas que respeitem e celebrem as múltiplas identidades culturais de seus alunos. Ver referências.

Ademais, Nascimento (2016) salienta que “[...] a inclusão da história e cultura afro-brasileira nos currículos⁵ é um passo fundamental para combater o racismo” (p. 25).

Apesar das iniciativas legislativas como a Lei 10.639/2003⁶, a implementação de uma educação antirracista enfrenta resistências estruturais. Grandes corporações internacionais, como o Banco Mundial⁷ e o Fundo Monetário Internacional (FMI)⁸, promovem modelos de educação voltados para o mercado, o que limita a inclusão de práticas emancipatórias. Antunes e Pinto (2017) destacam que “[...] a escola-empresa transforma o processo educacional em uma mercadoria, desconectando-o de seus aspectos formativos e críticos” (p. 67). Essa dinâmica compromete a implementação de metodologias que valorizem o letramento racial e a diversificação curricular. Além disso, a resistência política e social às iniciativas de educação antirracista reflete um preconceito estrutural⁹ que minimiza

⁵ A inclusão da história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares, conforme estabelecido pela Lei nº 10.639/2003, representa um passo fundamental no combate ao racismo e à discriminação. Ao reconhecer e valorizar as contribuições das populações afrodescendentes para a formação da sociedade brasileira, a lei busca romper com o apagamento histórico que caracteriza as pedagogias eurocêntricas, promovendo uma educação mais plural e inclusiva. Essa abordagem permite que os estudantes negros vejam suas histórias e identidades refletidas no espaço escolar, fortalecendo sua autoestima e senso de pertencimento. Além disso, proporciona aos demais estudantes uma compreensão mais ampla e crítica da diversidade cultural brasileira, desconstruindo preconceitos e estereótipos que alimentam as desigualdades raciais. Como instrumento de transformação social, a inclusão da história e cultura afro-brasileira no currículo é essencial para construir uma sociedade mais equitativa e comprometida com a justiça racial. Ver referências.

⁶ A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) para incluir, nos currículos oficiais da rede de ensino, a obrigatoriedade do estudo da “História e Cultura Afro-Brasileira”. Essa legislação determina que, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e particulares, sejam abordados temas relacionados à história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e a participação dos negros na formação da sociedade nacional. Além disso, a lei institui o Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, como parte do calendário escolar. A implementação dessa lei visa promover o reconhecimento e a valorização da contribuição do povo negro na história e cultura brasileiras, combatendo o racismo e a discriminação racial por meio da educação. Ver referências

⁷ O Banco Mundial exerce significativa influência nas políticas educacionais de países periféricos, como o Brasil, orientando reformas que visam alinhar os sistemas de ensino às demandas do mercado global. No contexto brasileiro, especialmente a partir da década de 1990, suas recomendações têm enfatizado a necessidade de eficiência, equidade e qualidade na educação, promovendo ajustes estruturais que incluem a descentralização administrativa, a avaliação de desempenho e a formação voltada para o trabalho. Embora essas diretrizes busquem aprimorar o sistema educacional, críticos apontam que elas podem reforçar a mercantilização da educação e não necessariamente atender às especificidades culturais e sociais locais. Ver referências.

⁸ O Fundo Monetário Internacional (FMI) tem exercido influência indireta na educação brasileira, especialmente por meio de condicionantes econômicas e fiscais impostas ao país. Embora o FMI não atue diretamente na formulação de políticas educacionais, seus ajustes econômicos impactam o financiamento e a gestão da educação. Por exemplo, durante a década de 1980, em meio à crise econômica, o Banco Mundial, em conjunto com o FMI, assumiu a tarefa de formular e regular a política educacional brasileira, articulando a educação à produtividade futura. Essas intervenções podem levar a cortes orçamentários e reformas que priorizam a eficiência econômica, muitas vezes em detrimento da qualidade e da equidade no acesso à educação. Portanto, a influência do FMI, embora indireta, tem implicações significativas nas políticas educacionais do Brasil.

⁹ O preconceito estrutural é uma forma de discriminação que transcende comportamentos individuais, sendo incorporado nas estruturas sociais, políticas e econômicas, de modo a perpetuar desigualdades e marginalizações. Segundo Silvio Almeida, em *Racismo Estrutural*, esse tipo de preconceito não se manifesta apenas em atitudes ou discursos isolados, mas está embutido nas instituições e práticas sociais, tornando-se um mecanismo de manutenção de hierarquias de poder e exclusão. Almeida (2019) destaca que o preconceito estrutural opera de forma difusa, invisibilizando-se ao ser naturalizado no cotidiano, o que dificulta sua identificação e combate. Assim, para enfrentar o preconceito estrutural, é necessário repensar as bases das instituições e promover mudanças estruturais que reconheçam e valorizem a diversidade, rompendo

a importância da diversidade. Como apontado por Laval (2003), “[...] a mercantilização da educação desumaniza o processo pedagógico e limita as possibilidades de transformação social” (p. 92).

Desse modo, o presente estudo tem como objeto de análise a formação de educadores para práticas pedagógicas antirracistas, com enfoque na produção intelectual de autores latino-americanos. O objetivo central é identificar como o letramento racial pode ser integrado à formação docente, contribuindo para a construção de uma educação mais inclusiva e emancipatória. A pergunta de partida é: *como os saberes de autores como Gonzalez, Nascimento e Carneiro podem subsidiar a formação de educadores comprometidos com a luta antirracista?*

Essa pesquisa se mostra relevante para o movimento negro, pois fortalece as demandas por uma educação que valorize a história e cultura afro-brasileira e promova a equidade racial. Ao propor uma abordagem centrada no letramento racial, contribui-se para a construção de uma sociedade mais justa e plural. Para Carneiro (2005, p. 114):

A educação é reconhecidamente o instrumento mais efetivo e seguro de ascensão social, no Brasil, para as classes subalternas, o controle e distribuição das oportunidades educacionais vêm instituindo uma ordem social racialmente hierárquica. Acreditamos que essa maneira de administração das oportunidades educacionais permitiu a um só tempo a promoção da exclusão racial dos negros e a promoção social dos brancos das classes subalternas, consolidando, ao longo do tempo, o embranquecimento do poder e da renda e a despolitização da problemática racial, impedindo, ao mesmo tempo, que essa evoluísse para um conflito aberto.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS: ANÁLISE QUALITATIVA E ABORDAGEM COMPREENSIVA PARA A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

A pesquisa científica é essencial para compreender e propor soluções aos desafios sociais, como a educação antirracista. Karl Popper destaca que “[...] a ciência é uma aventura sem fim em busca de explicações melhores” (Popper, 2007, p. 23). Sob essa perspectiva, a investigação científica não é apenas um método, mas um processo contínuo de questionamento e refinamento. A busca por respostas envolve rigor metodológico e a disposição para revisar pressupostos, elementos que garantem a confiabilidade e aplicabilidade dos resultados (Popper, 2007).

A metodologia adotada neste estudo baseia-se em uma abordagem qualitativa, a qual, segundo Minayo (2016), permite uma compreensão mais profunda das interações sociais e culturais. A autora ressalta que “[...] a pesquisa qualitativa privilegia a análise dos significados e valores atribuídos pelas pessoas aos fenômenos” (Minayo, 2016, p. 35). Assim, a escolha desse método se justifica pela necessidade de interpretar os sentidos atribuídos pelos educadores e pela literatura analisada à questão

com as lógicas de exclusão historicamente consolidadas. Ver:
ALMEIDA, S. L. d. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.

do letramento racial na formação docente. Para Minayo (2016), “[...] os métodos qualitativos possibilitam captar a complexidade das relações sociais, fundamentais para o entendimento de fenômenos educacionais” (p. 37).

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, dentro das Ciências Sociais, com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas também por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e compartilhada com seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos (Minayo, 2016, p. 20-21).

Além disso, a natureza bibliográfica da pesquisa oferece uma base teórica robusta para análise. Gil (1999) aponta que “[...] a pesquisa bibliográfica é indispensável para a construção de qualquer trabalho acadêmico, pois permite ao pesquisador situar-se em relação ao que já foi produzido” (p. 44). Nesse sentido, o levantamento bibliográfico incluiu obras de autores como Lélia Gonzalez, Abdias Nascimento e Sueli Carneiro, cuja produção teórica é central para repensar a educação enquanto espaço de resistência e emancipação. A revisão bibliográfica também possibilita uma análise crítica sobre como a formação docente pode ser orientada por referenciais teóricos que valorizem a diversidade cultural (Gil, 1999).

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo (Gil, 2011, p. 44).

Os passos para obtenção do material empírico envolveram a identificação da pergunta de partida: como a formação docente pode ser orientada pela perspectiva do letramento racial, utilizando a produção teórica de autores latino-americanos, para construir práticas pedagógicas antirracistas? A partir dessa questão, foram analisadas obras selecionadas de autores de relevância, buscando compreender suas contribuições para práticas educativas transformadoras.

Desse modo, este estudo adota o viés compreensivo, conforme destacado por Max Weber. Para Weber (2009), “[...] a compreensão é o ponto central de toda análise social, pois é através dela que se capta a ação dos sujeitos em seus contextos específicos” (p. 122). Esse viés permite interpretar as dinâmicas de poder e exclusão presentes na educação brasileira, valorizando a multiplicidade de experiências e saberes que compõem o cenário educacional.

3 FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ANTIRRACISTAS COM ENFOQUE NA PRODUÇÃO INTELECTUAL DE AUTORES “LADINO AMEFRICANOS”

O letramento racial é uma ferramenta essencial para a formação de educadores capazes de promover práticas pedagógicas antirracistas, pois possibilita o enfrentamento das desigualdades raciais por meio de uma educação crítica e transformadora. Sueli Carneiro (2005) aborda a noção de epistemicídio, destacando como a educação tem sido um dos mecanismos de reprodução das hierarquias raciais¹⁰ ao negar ou silenciar os saberes das populações negras. Para Carneiro, ao se reconhecer essas dinâmicas, abre-se espaço para práticas pedagógicas que promovam resistências e valorizem conhecimentos historicamente marginalizados. Essa perspectiva é essencial para formar educadores que compreendam as implicações do racismo estrutural na sociedade brasileira e estejam aptos a construir ambientes escolares inclusivos e equitativos. Além disso, a análise de Abdias Nascimento (2016) reforça a necessidade de uma pedagogia que desconstrua os estereótipos raciais e combata o que ele denominou como genocídio cultural¹¹ da população negra, destacando a urgência de uma formação docente que integre as contribuições da história e da cultura afro-brasileira ao currículo escolar.

A negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade, produz a inferiorização intelectual, enquanto diferentes mecanismos deslegitimam o negro como portador e produtor de conhecimento. Esse processo, conhecido como epistemicídio, atua tanto na exclusão dos saberes negros quanto na imposição de paradigmas eurocêntricos, sustentando as hierarquias raciais e inviabilizando a pluralidade de perspectivas no ambiente educacional (Carneiro, 2005, p. 97).

¹⁰ Sueli Carneiro (2005) aborda o conceito de epistemicídio como um dos pilares para compreender a reprodução das hierarquias raciais na educação brasileira. Para a autora, o epistemicídio se refere à exclusão sistemática dos saberes e práticas epistemológicas de populações negras e indígenas, sustentando a hegemonia do conhecimento eurocêntrico. Carneiro destaca que a educação formal, ao ignorar ou marginalizar a contribuição intelectual dessas populações, reforça estruturas de poder racialmente excludentes, inviabilizando o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural e epistemológica. Nesse contexto, a autora aponta para a necessidade de práticas pedagógicas que não apenas incluam conteúdos afro-brasileiros, mas que transformem o sistema educacional em um espaço de resistência e emancipação, rompendo com o ciclo de exclusão histórica. Ver: CARNEIRO, S. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

¹¹ O genocídio cultural, como definido por Abdias Nascimento (2016), refere-se ao apagamento sistemático das contribuições culturais, históricas e identitárias das populações negras, promovendo a invisibilidade de seus saberes e práticas em favor de uma hegemonia eurocêntrica. Nascimento destaca que essa forma de violência simbólica não apenas deslegitima a cultura afro-brasileira, mas também reforça estereótipos raciais que sustentam o racismo estrutural. Para combater esse processo, o autor propõe uma pedagogia crítica que desconstrua narrativas racistas e valorize a história e a cultura negra como elementos fundamentais do currículo escolar. Ele afirma que a inclusão de práticas educativas que promovam o reconhecimento e a celebração da diversidade cultural é essencial para romper com o ciclo de exclusão e construir uma sociedade mais justa e equitativa. Ver: NASCIMENTO, A. d. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 1. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

Nesse sentido, a inclusão do letramento racial na formação de educadores é também um movimento de justiça histórica, na medida em que busca romper com séculos de invisibilidade e subalternização das contribuições negras. Lélia Gonzalez (1988) enfatiza o papel da educação como um campo de resistência, propondo que o ensino seja capaz de dialogar com as vivências e as histórias das populações afrodescendentes. A autora apresenta o conceito de “amefricanidade” como uma forma de articular os saberes locais e globais das culturas africanas e afro-latinas, conectando-as ao cotidiano escolar de maneira significativa. Para educadores, essa abordagem não apenas amplia o repertório cultural dos alunos, mas também questiona a hegemonia eurocêntrica que permeia os conteúdos escolares, proporcionando uma visão mais plural e inclusiva da sociedade. Além disso, Gonzalez propõe um feminismo afro-latino-americano que pode ser integrado à prática pedagógica, abordando as interseccionalidades de gênero, raça e classe, aspectos essenciais para uma formação docente crítica e transformadora.

A educação deve ser entendida como um espaço de resistência, capaz de valorizar as histórias, saberes e vivências das populações afrodescendentes. É nesse diálogo entre as experiências locais e o conhecimento formal que se constrói uma prática pedagógica transformadora, que desafia as imposições do eurocentrismo e promove a inclusão das múltiplas vozes que compõem nossa sociedade (Gonzalez, 1988, p. 78).

A contribuição dos autores latino-amefricanos para o letramento racial é um elemento central nesse processo. Lélia Gonzalez, ao discutir a construção da identidade negra, explora a relação entre racismo e sexismo na cultura brasileira, destacando como esses elementos reforçam a exclusão social das mulheres negras (Gonzalez, 1988). Sua obra aponta para a necessidade de uma prática educativa que enfrente essas dinâmicas opressivas, valorizando a pluralidade de vozes e experiências. Abdias Nascimento, por sua vez, contribui com uma análise profunda das estratégias de resistência cultural e política da população negra, enfatizando a importância da cultura como instrumento de luta e emancipação (Nascimento, 2016). Ambos os autores fornecem bases teóricas e práticas para que o letramento racial seja incorporado à formação docente, promovendo uma educação que reconheça e valorize a diversidade como um pilar fundamental da sociedade. Essa perspectiva é essencial para a construção de práticas pedagógicas que não apenas denunciem o racismo, mas que também atuem na transformação das relações sociais dentro e fora da escola.

Sueli Carneiro, em sua tese, também destaca a dimensão educacional do letramento racial como uma forma de resgatar a subjetividade e a humanidade das populações negras, frequentemente negadas por práticas pedagógicas excludentes. Carneiro (2005) propõe que o enfrentamento ao racismo na educação vá além da simples inclusão de conteúdos afro-brasileiros, promovendo uma reflexão crítica sobre as estruturas de poder que sustentam as desigualdades. Sua análise do biopoder

aplicado às relações raciais no Brasil evidencia como a educação pode ser tanto um instrumento de opressão quanto de resistência, dependendo de como é abordada (Santos, *et. al.* 2024). Assim, ao incorporar o letramento racial à formação docente, abre-se espaço para uma prática pedagógica que transcenda o conteúdo formal, promovendo a emancipação e a valorização de todas as identidades presentes na sociedade brasileira.

A educação tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos aniquilamentos ou subordinação da razão. Dinâmica e produção que tem se feito pelo rebaixamento da auto-estima que compromete a capacidade cognitiva e a confiança intelectual, pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, nos instrumentos pedagógicos ou nas relações sociais no cotidiano escolar, pela deslegitimação dos saberes dos negros sobre si mesmos e sobre o mundo, pela desvalorização, ou negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano ao patrimônio cultural da humanidade, pela indução ou promoção do embranquecimento cultural (Carneiro, 2005, p. 325).

Sueli Carneiro, em sua obra “*A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*”, apresenta uma análise profunda sobre o dispositivo de racialidade e o epistemicídio, conceitos que explicam a produção social e cultural da subordinação racial e o apagamento dos saberes negros. Para Carneiro (2005), a educação desempenha um papel central nesse processo ao reforçar as hierarquias de poder por meio do currículo e das práticas escolares que perpetuam a supremacia branca e a inferiorização intelectual dos negros. Essa perspectiva aponta para a urgência de uma prática pedagógica que reconheça e valorize os saberes das populações afrodescendentes, promovendo resistências e reconfigurando as bases do conhecimento escolar (Santos, *et. al.* 2024). A autora também destaca que o epistemicídio não é apenas um fenômeno histórico, mas uma prática ativa que continua a moldar as relações de poder na sociedade brasileira, sendo o letramento racial um caminho fundamental para combater essa lógica.

Carneiro (2005) explica que o dispositivo de racialidade, articulado ao biopoder, “[...] opera tanto pelo controle da vida quanto pela produção de mortes simbólicas e epistemológicas” (p. 72). Esse mecanismo se reflete na educação, que frequentemente silencia ou deslegitima os saberes das populações afrodescendentes, reforçando uma lógica hierárquica que privilegia o conhecimento eurocêntrico em detrimento de outras epistemologias. Assim, Carneiro argumenta que a educação, como ferramenta de formação humana, é também um espaço de disputa de poder e deve ser ressignificada para enfrentar as desigualdades estruturais.

O dispositivo de racialidade articula-se ao biopoder de forma a produzir mecanismos que operam pelo controle da vida e pela morte epistemológica dos saberes das populações negras. A educação é um dos principais vetores dessa dinâmica, funcionando como um espaço de legitimação da supremacia eurocêntrica, negando ao negro a condição de sujeito de conhecimento e promovendo o apagamento de sua história e cultura (Carneiro, 2005, p. 96).

A noção de epistemicídio, central na análise de Carneiro, revela como a educação tem historicamente contribuído para o apagamento dos saberes negros. A autora afirma que “[...] o epistemicídio é uma prática sistemática que visa à negação dos negros enquanto sujeitos de conhecimento, relegando-os à periferia da produção cultural e científica” (Carneiro, 2005, p. 96). Essa prática vai além da exclusão curricular, impactando diretamente a formação identitária e a autoestima das populações negras, e perpetuando o racismo estrutural. Ao propor uma educação que valorize as contribuições afrodescendentes e promova resistências a essas dinâmicas opressivas, Carneiro destaca o papel crucial do letramento racial na formação docente.

A educação, segundo Carneiro, tem o potencial de ser tanto um instrumento de opressão quanto de emancipação, dependendo de como é abordada. Para a autora, “[...] ao incorporar uma perspectiva crítica que inclua a história e as vivências das populações negras, a escola pode se tornar um espaço de resistência contra o epistemicídio” (Carneiro, 2005, p. 302). Isso requer uma transformação profunda nas práticas pedagógicas, que devem ultrapassar a mera inclusão de conteúdos afro-brasileiros no currículo e promover um diálogo genuíno com as histórias e culturas afrodescendentes. Dessa forma, o letramento racial surge como um elemento essencial para formar educadores capazes de desenvolver práticas pedagógicas antirracistas e transformadoras.

A educação pode ser, simultaneamente, um espaço de opressão e resistência, dependendo das práticas pedagógicas que a estruturam. Quando o currículo se limita à inclusão superficial de conteúdos afro-brasileiros, ele reforça a exclusão ao não promover uma transformação efetiva nas relações de poder. No entanto, ao integrar criticamente as vivências, histórias e saberes das populações negras, a escola se torna um espaço de resistência, capaz de desafiar e combater o epistemicídio que historicamente tem moldado nossas estruturas educacionais (Carneiro, 2005, p. 302).

Além disso, a teórica enfatiza que o enfrentamento ao epistemicídio requer uma reconfiguração das bases do conhecimento escolar. Ela observa que “[...] a deslegitimação dos saberes negros é também uma estratégia de controle, que visa à manutenção da supremacia branca e à reprodução das desigualdades raciais” (Carneiro, 2005, p. 98). Portanto, reconhecer a validade e a riqueza das epistemologias afrodescendentes é um passo fundamental para desconstruir as hierarquias impostas pelo racismo estrutural. Nesse contexto, a formação docente deve incluir reflexões críticas sobre como o currículo e as práticas pedagógicas podem ser transformados para promover a equidade e a inclusão.

Carneiro também destaca a importância de resistências no campo educacional como uma resposta ativa ao dispositivo de racialidade. Ela escreve que “[...] as práticas pedagógicas que valorizam os saberes das populações afrodescendentes não apenas enfrentam o epistemicídio, mas também fortalecem a identidade e a autoestima dos estudantes negros, criando condições para uma educação verdadeiramente inclusiva” (Carneiro, 2005, p. 277). Assim, a autora propõe que o

letramento racial seja incorporado não apenas como uma estratégia curricular, mas como um princípio fundamental da formação docente e da gestão escolar.

As resistências no campo educacional emergem como uma resposta necessária às dinâmicas do dispositivo de racialidade. É na valorização dos saberes afrodescendentes que a educação pode romper com as estruturas que perpetuam o epistemicídio e o racismo estrutural. Essas práticas pedagógicas, ao resgatar as histórias e as culturas negras, têm o potencial de fortalecer a autoestima e a identidade dos estudantes negros, oferecendo-lhes um sentido de pertencimento e reconhecimento. Essa valorização não deve ser apenas pontual ou simbólica, mas estruturante, integrando-se aos princípios da formação docente e da gestão escolar, para que a inclusão e a equidade se tornem pilares fundamentais da educação (Carneiro, 2005, p. 277).

Como podemos denotar, a obra de Sueli Carneiro traz contribuições valiosas para o entendimento do papel da educação no enfrentamento do racismo estrutural. Ao propor o letramento racial como um caminho para combater o epistemicídio e reconfigurar as práticas pedagógicas, a autora oferece uma visão transformadora que reconhece e valoriza a diversidade de saberes e experiências presentes na sociedade brasileira (Santos, *et. al.*, 2024).

Abdias Nascimento, em *“O genocídio do negro brasileiro”*, traz uma crítica contundente ao racismo estrutural no Brasil, expondo como ele se manifesta nas esferas cultural, social e política. Nascimento (2016) utiliza o conceito de genocídio cultural para descrever o apagamento sistemático das contribuições e identidades negras, enfatizando a necessidade de resistência por meio da valorização da cultura afro-brasileira. Para ele, a educação deve ser um espaço de denúncia e transformação, rompendo com o que ele descreve como a hipocrisia da democracia racial brasileira. Ao propor uma pedagogia antirracista, Nascimento sugere que educadores sejam preparados para abordar criticamente o racismo em sala de aula, resgatando narrativas e histórias negligenciadas pelo discurso oficial (Santos, *et. al.*, 2024). Essa abordagem, segundo o autor, não apenas fortalece a identidade dos estudantes negros, mas também promove uma sociedade menos injusta.

O genocídio cultural da população negra brasileira, como descrita por Abdias Nascimento, é um processo sistemático que visa não apenas a exclusão, mas o apagamento total de suas contribuições históricas, culturais e intelectuais. Ele argumenta que 'a educação, longe de ser neutra, atua como um instrumento de perpetuação dessa lógica, promovendo um currículo que glorifica o eurocentrismo e invisibiliza as narrativas afro-brasileiras'. Para Nascimento, é fundamental transformar a escola em um espaço de resistência, onde as histórias negligenciadas possam ser recuperadas e reconhecidas, fortalecendo a identidade dos estudantes negros e desafiando a hipocrisia da democracia racial brasileira" (Nascimento, 2016, p. 102).

Nascimento (2016) destaca que o genocídio cultural é uma das formas mais insidiosas de opressão racial, sendo caracterizado pelo apagamento das contribuições e identidades negras em favor de uma hegemonia branca. Ele afirma que “[...] o genocídio cultural não é apenas uma estratégia de

exclusão, mas também um método de controle, pois apaga a memória histórica de um povo e sua capacidade de resistir” (Nascimento, 2016, p. 45). Essa perspectiva evidencia a urgência de uma prática pedagógica que enfrente diretamente essas dinâmicas, promovendo o resgate das narrativas afrodescendentes e a valorização da cultura afro-brasileira.

Para o autor, a educação desempenha um papel central na perpetuação das desigualdades raciais, mas também possui o potencial de ser um espaço de transformação social. Ele argumenta que “[...] a escola brasileira, como está estruturada, reflete e reforça a exclusão social dos negros. É preciso romper com essa estrutura, criando um currículo que reflita a diversidade e combata o racismo” (Nascimento, 2016, p. 73). A crítica contundente à chamada democracia racial brasileira, que ele considera uma fachada para mascarar a exclusão, reforça a necessidade de uma pedagogia antirracista. Nesse sentido, ele sugere que os educadores sejam preparados para abordar criticamente o racismo em sala de aula, proporcionando aos estudantes negros a oportunidade de se reconhecerem como protagonistas de sua história.

A valorização da cultura afro-brasileira é uma estratégia essencial para combater o genocídio cultural e promover a igualdade racial. Nascimento (2016) observa que “[...] o sincretismo cultural¹², muitas vezes exaltado como característica do Brasil, tem sido usado para folclorizar e neutralizar as contribuições negras, desviando o foco de sua relevância histórica e política” (p. 102). Assim, ele defende que a educação inclua elementos das culturas africanas e afro-brasileiras de maneira autêntica, indo além da superficialidade e abordando suas complexidades e resistências. Para Nascimento, isso não apenas fortalece a identidade dos estudantes negros, mas também educa os estudantes brancos sobre a importância da diversidade e da justiça social.

O sincretismo cultural brasileiro, frequentemente exaltado como um elemento positivo de nossa identidade nacional tem servido para disfarçar a dinâmica de exclusão e apagamento das contribuições negras. Esse sincretismo, como destaca Abdias Nascimento, “[...] é utilizado para neutralizar a potência política e histórica da cultura afro-brasileira, reduzindo-a a um folclore desprovido de significado transformador”. Ele argumenta que “[...] a verdadeira valorização da cultura afro-brasileira deve ir além das superficialidades e incluir no currículo escolar as histórias, lutas e complexidades das culturas africanas e afrodescendentes, promovendo um ensino que seja emancipador tanto para negros quanto para brancos, ao

¹² O sincretismo cultural, frequentemente exaltado como uma característica distintiva da identidade brasileira, tem sido utilizado como uma ferramenta para folclorizar e neutralizar as contribuições das populações negras, desviando o foco de sua relevância histórica e política. Abdias Nascimento (2016) argumenta que essa abordagem transforma a rica herança cultural afro-brasileira em um simples elemento decorativo ou exótico, desprovido de seu potencial crítico e transformador. Segundo o autor, essa estratégia reforça a exclusão ao negar o protagonismo histórico das populações negras, consolidando o racismo estrutural no Brasil. Para Nascimento, é essencial superar essa visão reducionista e incorporar de forma autêntica e profunda os elementos culturais afrodescendentes no imaginário coletivo e na educação, como forma de combater a desigualdade e valorizar a diversidade. Ver: NASCIMENTO, A. do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 1. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

educar sobre a importância da diversidade como um pilar da justiça social” (Nascimento, 2016, p. 102).

Outro ponto central na obra de Nascimento é a necessidade de educadores atuarem como agentes de mudança social. Ele afirma que “[...] o professor deve ser mais do que um transmissor de conhecimento; ele deve ser um facilitador de discussões críticas que desafiem o *status quo* e inspirem os estudantes a buscar uma sociedade mais equitativa” (Nascimento, 2016, p. 145). Essa perspectiva reforça a importância de uma formação docente que prepare os educadores para lidar com as questões de raça e desigualdade de forma competente e sensível, contribuindo para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

A pedagogia proposta por Abdias Nascimento também enfatiza a importância de desconstruir os estereótipos raciais que perpetuam o racismo no imaginário social. Ele sugere que “[...] as práticas pedagógicas devem dismantellar as narrativas racistas que associam o negro à inferioridade, substituindo-as por histórias de resistência, criatividade e protagonismo” (Nascimento, 2016, p. 188). Essa abordagem não apenas empodera os estudantes negros, mas também desafia as noções preconceituosas que sustentam o racismo estrutural.

Desse modo, *O genocídio do negro brasileiro* oferece uma crítica poderosa ao racismo estrutural no Brasil e apresenta a educação como um campo estratégico para a resistência e transformação. A valorização da cultura afro-brasileira, o resgate de narrativas negligenciadas e a preparação de educadores comprometidos com a justiça social são elementos centrais da pedagogia antirracista proposta por Nascimento. Suas reflexões continuam relevantes e essenciais para a luta por uma sociedade menos opressora.

Lélia Gonzalez, com sua abordagem inovadora sobre a amefricanidade, oferece uma contribuição singular ao letramento racial e à prática pedagógica antirracista. Gonzalez (1988) articula saberes africanos, afro-latinos e afro-brasileiros como elementos centrais para uma educação que transcenda o eurocentrismo e valorize a pluralidade cultural. A autora também discute as interseccionalidades de raça, gênero e classe, destacando como esses fatores moldam as experiências das mulheres negras e, consequentemente, a educação de seus filhos (Santos, *et. al.*, 2024). Para Gonzalez, a prática pedagógica deve ser um espaço de diálogo e reconhecimento mútuo, no qual a linguagem popular e a erudição acadêmica possam coexistir e enriquecer o processo de ensino-aprendizagem. Essa perspectiva é essencial para educadores que buscam criar um ambiente escolar inclusivo e transformador, no qual todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas.

A amefricanidade, enquanto conceito articulado por Lélia Gonzalez, propõe uma ruptura com as narrativas eurocêntricas, trazendo os saberes africanos, afro-latinos e afro-brasileiros como

pilares para a construção de uma educação plural e transformadora. Gonzalez afirma que “[...] a prática pedagógica deve ser um espaço onde o diálogo entre a linguagem popular e a erudição acadêmica seja fomentado, permitindo que as experiências das mulheres negras, suas histórias de resistência e os saberes ancestrais sejam reconhecidos e valorizados”. Essa abordagem, segundo ela, “[...] possibilita não apenas uma transformação na sala de aula, mas também no entendimento da sociedade sobre as interseccionalidades de raça, gênero e classe, que moldam profundamente a realidade das populações negras no Brasil” (Gonzalez, 1988, p. 78).

O conceito de amefricanidade, cunhado por Gonzalez, propõe uma articulação entre os saberes africanos, afro-latinos e afro-brasileiros, destacando suas conexões e resistências históricas. Gonzalez (1988) explica que “[...] a amefricanidade é um espaço de ressignificação, onde as culturas africanas e afrodescendentes são reconhecidas como centrais para a construção de nossas identidades, rompendo com o eurocentrismo que permeia as estruturas educacionais” (p. 45). Essa proposta sugere que o currículo escolar deve ser reformulado para refletir a diversidade cultural e histórica, promovendo um ensino que celebre as múltiplas vozes que compõem a sociedade brasileira.

A autora também discute como as interseccionalidades de raça, gênero e classe moldam as experiências das mulheres negras e influenciam diretamente a educação de seus filhos. Gonzalez (1988) argumenta que “[...] as mulheres negras carregam em si as marcas das opressões de raça, gênero e classe, mas também são portadoras de saberes ancestrais que fortalecem suas comunidades e desafiam as dinâmicas de poder opressoras” (p. 78). Ao trazer essa análise para a prática pedagógica, a autora propõe que educadores reconheçam e valorizem as contribuições dessas mulheres para a educação, tanto no ambiente doméstico quanto nas instituições formais. Essa valorização é essencial para desconstruir estereótipos e promover um ambiente escolar mais democrático.

Outro ponto central na obra de Gonzalez é a valorização da linguagem popular como um elemento transformador no processo educacional. Para a autora, a coexistência entre o linguajar popular e a erudição acadêmica é uma ferramenta poderosa para criar uma prática pedagógica mais democrática e acessível. Ela escreve que “[...] o pretuguês, enquanto expressão linguística da população negra brasileira é uma forma de resistência cultural que deve ser valorizada no espaço escolar, pois reflete a criatividade e a força da herança africana” (Gonzalez, 1988, p. 112). Incorporar essa diversidade linguística no currículo desafia a hegemonia do português formal e promove uma educação que dialoga com as vivências dos estudantes.

Gonzalez também critica o eurocentrismo que domina o currículo escolar brasileiro, apontando que ele não apenas invisibiliza as contribuições afrodescendentes, mas também reforça uma visão limitada e excludente do mundo. A autora enfatiza que “[...] a educação deve ser um espaço de ruptura com o colonialismo epistêmico, promovendo o conhecimento como um bem coletivo e plural” (Gonzalez, 1988, p. 94). Essa perspectiva aponta para a necessidade de uma formação docente que

esteja alinhada a uma pedagogia antirracista, capaz de transformar a educação em um instrumento de emancipação social.

A prática pedagógica, segundo Gonzalez, deve ser um espaço de reconhecimento mútuo e diálogo entre diferentes saberes. Para a autora, “[...] a sala de aula é um lugar onde histórias, culturas e perspectivas se encontram, e cabe ao educador mediar essas interações de forma sensível e crítica” (Gonzalez, 1988, p. 134). Essa abordagem exige que os educadores não apenas reconheçam a diversidade, mas também a valorizem como um elemento essencial para o aprendizado. Ao promover o diálogo entre o conhecimento acadêmico e os saberes populares, a prática pedagógica se torna um espaço de transformação e inclusão.

Desse modo, Lélia Gonzalez oferece uma contribuição única para o letramento racial e a prática pedagógica antirracista ao propor a amefricanidade como um conceito central para repensar a educação (Santos, *et. al.* 2024). Suas análises sobre as interseccionalidades de raça, gênero e classe, a valorização da linguagem popular e a crítica ao eurocentrismo curricular destacam a importância de uma pedagogia que reconheça e celebre a diversidade cultural. Essas ideias são essenciais para a formação de educadores comprometidos com a construção de uma educação antirracista. Lélia Gonzalez destaca a importância de reconhecer e valorizar o pretuguês como uma manifestação linguística que carrega a resistência e a criatividade das populações negras brasileiras. Ela escreve:

O pretuguês, mais do que um dialeto ou uma variação, é uma afirmação da identidade cultural e histórica do povo negro. É um reflexo de nossa herança africana, adaptada e ressignificada em terras brasileiras. Incorporá-lo ao currículo escolar é reconhecer a pluralidade de vivências e experiências dos estudantes negros, desafiando a hegemonia linguística que sustenta o eurocentrismo na educação. Ao fazer isso, criamos um espaço educacional mais democrático e representativo, onde todas as vozes são ouvidas e respeitadas (Gonzalez, 1988, p. 112).

4 CONCLUSÃO

A formação docente orientada pela perspectiva do letramento racial emerge como uma estratégia fundamental para a construção de práticas pedagógicas antirracistas. Este estudo, baseado na análise da produção teórica de autores ladino-amefricanos como Sueli Carneiro, Abdias Nascimento e Lélia Gonzalez, evidencia que a educação brasileira ainda reflete desigualdades estruturais que excluem e marginalizam as populações negras e indígenas. Nesse sentido, o letramento racial não se restringe à inclusão de conteúdos no currículo, mas exige uma transformação profunda na forma como os educadores compreendem e praticam o ensino, incorporando os saberes e experiências dessas populações como elementos centrais no processo educativo.

A contribuição teórica de Sueli Carneiro, ao explorar o conceito de epistemicídio, destaca como a educação tem sido um mecanismo de reprodução das hierarquias raciais. O reconhecimento

dessa dinâmica é essencial para reverter práticas pedagógicas excludentes e promover uma educação menos excludente. Da mesma forma, Abdias Nascimento aponta para o genocídio cultural como uma forma de violência simbólica que precisa ser enfrentada pela valorização autêntica da cultura afro-brasileira no espaço escolar. Sua visão reforça a necessidade de um currículo que resgate e celebre a história e as contribuições das populações negras, fortalecendo a identidade dos estudantes e desafiando o racismo estrutural.

Por sua vez, Lélia Gonzalez amplia essa discussão ao propor a amefricanidade como um eixo central para reconfigurar o processo educativo. Sua abordagem destaca a importância de integrar saberes africanos e afro-brasileiros no ensino, articulando-os de maneira crítica e criativa às vivências dos educandos. Essa perspectiva transcende a lógica eurocêntrica predominante, permitindo que a educação se torne um espaço de resistência, reconhecimento e transformação social. Para Gonzalez, a prática pedagógica deve ser um local de diálogo genuíno, onde diferentes vozes possam coexistir e enriquecer o aprendizado.

Os achados da pesquisa também indicam que a implementação de práticas pedagógicas antirracistas requer mudanças estruturais nas instituições educacionais. Embora iniciativas como a Lei 10.639/2003 representem avanços significativos, a resistência política e social à educação antirracista ainda limita sua efetividade. Além disso, as pressões externas, como as políticas educacionais promovidas por instituições como o Banco Mundial e o FMI, muitas vezes priorizam modelos voltados ao mercado, em detrimento de abordagens críticas e emancipadoras. Superar esses desafios exige um compromisso institucional contínuo e a formação de educadores preparados para atuar em um contexto marcado por desigualdades históricas.

Portanto, a integração do letramento racial na formação docente é essencial para transformar a educação em um instrumento de equidade e justiça social. Ao dialogar com as contribuições teóricas de Gonzalez, Nascimento e Carneiro, este estudo reforça a importância de reconhecer e valorizar a diversidade cultural e histórica brasileira, promovendo uma educação que transcenda o ensino tradicional. A educação antirracista, ao fortalecer a autonomia e a identidade dos educandos, contribui diretamente para a desconstrução de estereótipos e a criação de novas possibilidades de convivência no campo educacional.

REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, S. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. In: DEL PRIORE, Mary; BASILE, Marcello (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2016.
- NASCIMENTO, A. do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- POPPER, K. A lógica da pesquisa científica. São Paulo: Cultrix, 2007.
- SANTOS, A. N. S. dos. *et. al.* “Laços Educacionais”: a família como construtora de laços para um ensino “sem preço” e uma educação transformadora. *Caderno Pedagógico*, 21(9), e7411, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n9-019> Acesso em 15 de Dez. de 2024.
- SANTOS, A. N. S. dos. *et. al.* “Consciência, autonomia e transformação”: a educação como catalisador da transformação social e da consciência crítica na perspectiva de Paulo Freire. *OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA*, 22(9), e6729, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/oelv22n9-110> Acesso em 15 de Dez. de 2024.
- SANTOS, A. N. S. dos. *et. al.* “Educação comprometida”: a práxis pedagógica crítica, libertária e engajada sob a lente de Bell Hooks. *Caderno Pedagógico*, 21(10), e8633, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n10-043> Acesso em 14 de Dez. de 2024.
- SANTOS, A. N. S. dos. *et. al.* Epistemologia do Sul, pós-colonialismo e descolonialidade: explorando afinidades e divergências sob o olhar de Boaventura de Sousa Santos. *Caderno Pedagógico*, 21(10), e9586, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n10-277> Acesso em 14 de Dez. de 2024.
- SANTOS, A. N. S. dos. *et. al.* “O avesso da educação”: a incorrigível lógica do neoliberalismo em ataque ao ensino público e seu impacto na educação. *OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA*, 22(9), e6860, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/oelv22n9-172> Acesso em 12 de Dez. de 2024.
- SANTOS, A. N. S. dos. *et. al.* Educação decolonial: desafios epistêmicos e a luta contra o eurocentrismo, patriarcado e capitalismo na contemporaneidade. *Caderno Pedagógico*, 21(10), e9101, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n10-142> Acesso em 14 de Dez. de 2024.
- SANTOS, A. N. S. dos. *et. al.* Educação Afrodiaspórica – o encontro de saberes a partir do pensamento decolonial e da luta antirracista na perspectiva de intelectuais afrodiaspóricos. *Caderno Pedagógico*, 21(10), e9681, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n10-310> Acesso em 12 de Dez. de 2024.

SANTOS, A. N. S. dos. *et. al.* Entre a libertação e o engajamento – A influência de Paulo Freire na pedagogia transformadora de Bell Hooks. *Caderno Pedagógico*, 21(12), e10414, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n12-075> Acesso em 12 de Dez. de 2024.

SANTOS, A. N. S. dos. *et. al.* Paulo Freire: do educador ao gestor – transformações da secretaria de educação às escolas públicas populares da américa latina. *Caderno Pedagógico*, 21(10), e9774. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n10-334> Acesso em 12 de Dez. de 2024.

SANTOS, A. N. S. dos. *et. al.* Descolonizando os currículos – O protagonismo negro na transformação do conhecimento e dos currículos no processo de descolonização educacional brasileira. *OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA*, 22(11), e7980, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/oelv22n11-237> Acesso em 12 de Dez. de 2024.

SANTOS, A. N. S. dos. *et. al.* Pedagogia dialógica – desafios e potencialidades da educação como prática da liberdade em Paulo Freire. *Caderno Pedagógico*, 21(13), e12120. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n13-264> Acesso em 12 de Dez. de 2024.

SANTOS, A. N. S. dos. *et. al.* Tecer Saberes, Erguer Liberdades: a educação como ferramenta de emancipação na luta de mulheres negras pela visão de Ângela Davis. *Caderno Pedagógico*, 21(13), e11468, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n13-047> Acesso em 12 de Dez. de 2024.

SANTOS, A. N. S. dos. *et. al.* PRETUGUÊS E AMEFRICANIDADE: A construção do corpo-território e da língua nas manifestações culturais afro-latino-americanas segundo Lélia Gonzalez. *Caderno Pedagógico*, 21(12), e10807, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n12-168> Acesso em 12 de Dez. de 2024.

SANTOS, A. N. S. dos. *et. al.* “O espectro da cor”: desvelando o racismo nacional na polifonia dos quilombos e das leis. *Cuadernos De Educación Y Desarrollo*, 16(7), e4984, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/cuadv16n7-151> Acesso em 12 de Dez. de 2024.

SANTOS, A. N. S. dos. *et. al.* “Por uma educação intercultural”: explorando o enfoque socioformativo para a construção de cidadãos críticos e sustentáveis a partir de uma perspectiva decolonial. *OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA*, 22(8), e6373, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/oelv22n8-171> Acesso em 12 de Dez. de 2024.

SANTOS, A. N. S. dos. *et. al.* “Ecoalfabetização ancestral”: por uma valorização dos saberes indígenas para um futuro sustentável na América Latina. *Cuadernos De Educación Y Desarrollo*, 16(7), e4885, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/cuadv16n7-107> Acesso em 12 de Dez. de 2024.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: UnB, 2009.